

Emendas que alteram distribuição de recursos chegam a 2.500

por Arnolfo Carvalho
de Broslia

Além dos investimentos militares, os parlamentares querem utilizar também a reserva de contingência e até mesmo os financiamentos dos bancos oficiais para as exportações, no orçamento de 1990, para atender despesas que consideram mais urgentes em diversas áreas, como construção de estradas, obras de saneamento e assistência técnica a programas de reforma agrária.

Até o encerramento formal do prazo ontem, à tarde, a Comissão Mista de Orçamento já havia contabilizado mais de 2.500 emendas de deputados e senadores à proposta orçamentária da Secretaria de Planejamento (Seplan). A maioria, contudo, indica fontes de recursos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não permite cancelar, como é o caso da reserva de contingência.

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) tentou contornar a proibição de cancelar verbas destinadas a pagamento de débitos mediante a apresentação de emenda modificando o texto da lei orçamentária, de forma a suspender os gastos com amortização e juros da dívida externa. Sua proposta bloqueia estas verbas nos casos de contratos com taxas flutuantes de juros ou que não tenham passado previamente pelo Congresso.

Caso o relator Eraldo Tinoco (PFL-BA) aceite sua emenda e a proibição venha a ser aprovada depois em plenário ficarão retidos também os pagamentos externos de contratos onde os credores exigiram a renúncia ao fórum brasileiro ou à alegação de soberania nacional. As dotações que o orçamento reserva para estes pagamentos seriam

utilizadas em programas de alimentação infantil, assistência médica, saneamento de favelas, atendimento aos sem-terra e combate ao narcotráfico e à evasão de divisas.

O cancelamento de verbas militares — que a comissão deve apreciar em sua reunião de hoje destinada a votar o relatório preliminar — volta a ser objeto de várias emendas, como é o caso de um conjunto de propostas do deputado Vilson Souza (PSDB-SC). Ele quer cortar NCz\$ 4,6 milhões do Ministério do Exército para atender à Universidade Regional de Blumenau, em Santa Catarina, e NCz\$ 25 milhões do

Ministério da Marinha, para asfaltar um trecho de 27,4 quilômetros da BR-470 em seu estado.

Outros NCz\$ 57,1 milhões seriam cortados do programa do Ministério da Aeronáutica destinado à produção do caça subsônico AMX, em conjunto com o governo italiano. A verba seria destinada à duplicação da BR-101 na divisa entre Paraná e Santa Catarina, num trecho de 213 quilômetros. A aviação do Exército também perde NCz\$ 12 milhões, sempre a preços de maio último, como todos os números do orçamento de 1990, em favor da construção de uma ponte sobre o rio Itajai-Açu (SC).

A Ferrovia Norte-Sul também foi alvo de emendas apresentadas ao orçamento fiscal. O mesmo parlamentar quer cancelar NCz\$ 3 milhões que seriam destinados ao trecho entre Colinas de Goiás e Açaílandia (MA) para que o Ministério da Previdência e Assistência Social amplie um hospital em Blumenau (SC). Outros NCz\$ 3,5 milhões seriam retirados da ferrovia para atender obras contra enchentes na mesma região do deputado.

Boa parte das emendas limita-se a remanejar verbas de uma região para outra, sem mudar a natureza do programa.